

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.216 - RJ (2019/0355705-9)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : LUIS PAULO ERNANDES DA COSTA OLIVEIRA  
**RECORRENTE** : VICTOR AFONSO SANTOS DA SILVA  
**ADVOGADO** : VALTÉCIO DUARTE DO NASCIMENTO - RJ158123  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por LUIS PAULO ERNANDES DA COSTA OLIVEIRA e VICTOR AFONSO SANTOS DA SILVA contra acórdão oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Agravado Interno no HC n. 0052291-11.2019.8.19.0000, Desembargador Francisco José de Asevedo).

Depreende-se dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante, acusados de praticar a conduta descrita no art. 157, § 2º, II, do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, o pedido liminar foi indeferido.

A defesa interpôs agravo interno, que foi desprovido pelo Tribunal de origem em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 39):

AGRAVO INTERNO.

DECISÃO QUE INDEFERE PEDIDO DE LIMINAR EM HABEAS CORPUS.

PRETENSÃO À REFORMA DA DECISÃO QUE SE NEGA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO. DECISÃO AGRAVADA DEVIDAMENTE JUSTIFICADA.

DESPROVIMENTO DO AGRAVO.

Alega a defesa que o decreto prisional carece de fundamentação concreta.

Requer, liminarmente, seja revogada a constrição cautelar.

É, em síntese, o relatório.

Verifica-se que a presente insurgência volta-se contra acórdão proferido

em agravo interno interposto contra decisão que havia indeferido medida liminar no bojo de *habeas corpus*.

Entretanto, esta Corte reiteradamente vaticina que "*é incabível recurso de agravo regimental contra decisão de Relator ou de substituto legal, que indefere liminar em habeas corpus ou no seu recurso ordinário, nos termos do art. 258 do RISTJ*" (AgRg no HC n. 448.595/SP, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/5/2018, DJe de 29/5/2018).

Além disso, ainda que interposto o agravo interno, é inequívoco que o presente recurso se volta contra o indeferimento de medida liminar, o que não se admite, nos termos da Súmula n. 691 do Pretório Excelso.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão

# Superior Tribunal de Justiça

primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente o recurso ordinário**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator